

Saúde, obrigação de todos

MANSUR JOSÉ MANSUR(*)

Para nós, médicos, a saúde é um bem social e, por isso, defendemos que o Estado e as instituições de caráter social sejam promotores e preservadores da saúde dos cidadãos. O conceito de saúde não é algo abstrato e isolado, e deve se situar num contexto mais geral, como o direito a condições dignas de habitação, trabalho e alimentação. A assistência médico-hospitalar está incluída nestes direitos do indivíduo. E não é admissível que a promoção da saúde através da iniciativa privada, que sempre atuou ao lado dos órgãos governamentais, neste exato momento, passe ao largo das reais aspirações da sociedade.

Colocados de lado preconceitos inexplicáveis, propagandeados no meu entender por uma minoria que desconhece as obrigações e dificuldades das instituições privadas na área da saúde, a título de informar a opinião pública sobre o que acontece com os hospitais e casa de saúde, faço questão de mostrar a realidade deste universo.

Atualmente, a rede privada é responsável por 75 por cento dos leitos existentes no País, e foram instalados com recursos próprios, com exceção apenas de 4 por cento desse total que lançaram mão da verba colocada à disposição pelo Fundo de Assistência ao Desenvolvimento Social (FAS). Ao contrário do que poucos sabem, o Inamps paga à rede privada aproximadamente Cr\$ 257 por uma diária hospi-

talar, que inclui despesas de alimentação (numa média de cinco refeições por dia), serviços de enfermagem, rouparia, água, energia elétrica, manutenção, limpeza, médicos plantonistas, combustíveis e transportes, taxas públicas, encargos sociais e tributos.

Nos últimos anos, como era necessário, o avanço tecnológico de diagnósticos e tratamento elevou ainda mais os custos da assistência médico-hospitalar em todo o País. Mas o pagamento dos serviços privados pela Previdência Social diminuem a cada dia. Enquanto isso, o custo médio de uma internação nos hospitais privados é seis vezes menor do que nos hospitais públicos. A conclusão é que, hoje, o pagamento dos serviços contratados equivale a 50 por cento dos valores recebidos há dez anos em termos reais de atendimento a um paciente.

Se não for levado em consideração o quadro acima apresentado, falar em estatização dos meios de saúde pode soar até como pregação ingênua. Ou, no mínimo, impregnada de preconceitos ideológicos sem bases concretas. Concordo plenamente, no entanto, que o Estado deve adequar e otimizar sua capacidade já instalada, buscando diminuir seus custos e aprimorando a qualidade, dos serviços prestados à população.

Também gostaria de lembrar que os estudos da Comissão Nacional de Reforma Sanitária apontaram para o seguinte dado: o programa atual de Estatização da assistência médico-hospitalar absorverá 10 por cento do Produto Inter-

no Bruto (PIB). E para o País bancar tal despesa, num momento em que a economia passa por sua crise mais séria, será necessário que o governo duplique a atual carga tributária, já tão pesada para a sociedade brasileira. Desta forma, considero o anteprojeto da Constituinte que propõe um sistema único de saúde e estabelece que "as ações de saúde são de natureza pública, cabendo ao Estado sua regulamentação, execução e controle", destituído de valores consistentes e tecnicamente sem fundamento.

Regular e controlar é justo, pois a classe médico-hospitalar sempre defendeu um sistema nacional de saúde que planeje e fiscalize. Mas considero pouco inteligente e até impatriótico, que se defenda que o Estado se transforme em executor único das ações de saúde, excluindo a iniciativa privada e a sua enorme experiência adquirida ao longo de tantos anos de trabalho e dedicação, sem falar no patrimônio construído em mais de um século.

A rede médico-hospitalar apóia o controle rigoroso dos serviços contratados, mas considera imprescindível a fixação de normas claras, objetivas e consensuais na regência dos contratos, pois é preciso se estabelecer remunerações adequadas. A nosso ver, essa é a única forma de se garantir a qualidade dos serviços de saúde prestados à sociedade.

* Mansur José Mansur é médico, presidente da Associação de Hospitais do Estado do RJ e vice-presidente da Federação Brasileira de Hospitais.